

to e a manutenção desse clima de pânico e de medo. Pagou por isso, pouco depois, como o Congresso que, tendo cedido tudo, inclusive a retirada e espancamento de membros das suas duas casas, e votado o estado de sítio e o estado de guerra, acabou fechado.

A imprensa vinha se desenvolvendo, normalmente, embora começasse a sentir já os efeitos da inflação. Os jornais elevaram, em 1932, o preço do exemplar para 300 réis nos dias úteis e 400 réis nos domingos. As coleções dos jornais apresentam, para quem as lê agora, surpresas interessantes: num concurso de contos realizado pelo *Jornal do Brasil*, em 1933, Marques Rebelo tirou o segundo lugar com “Vejo a lua no céu”, o primeiro coube a original remetido de Maceió por José de Moraes Rocha e intitulava-se “Major Faustino”. Coelho Neto comandaria campanha contra o profissionalismo implantado no futebol carioca, nesse mesmo ano. A 13 de maio de 1934, ao escrever o seu artigo para o “Registro Literário”, falecia João Ribeiro; em novembro desaparecia Coelho Neto. Em 1935, o *Jornal do Brasil* tomou a ousada iniciativa de mandar correspondente especial acompanhar a guerra dos fascistas na Abissínia, mas escolheu um correspondente francês, em Paris. Surgia, em S. Paulo, o mensário *Política*, dirigido por Cândido Mota Filho; em 1933, começava a circular ali *O Dia*; em 1934, surgiria a *Revista do Arquivo Municipal* que Mário de Andrade fez, em 1936, órgão do Departamento Municipal de Cultura. Começava a circular, em 1935, o *Jornal de Notícias*, dirigido por José Carlos Pereira de Sousa. Aparecia, em 1936, como órgão da seção local da Associação dos Geógrafos Brasileiros, *Geografia*, fundada por Caio Prado Júnior, F. O. de Moraes Rego, G. Paula Sousa e A. Machado, circulando até o ano seguinte. Em março de 1935, o prefeito Fábio Prado regulava a profissão de vendedor de jornais, na capital paulista.

Em Belo Horizonte, fora fundada, em julho de 1934, a *Folha de Minas*, que durou até fins de 1935; ficava cada vez mais difícil manter um jornal: “O problema se agravou ainda quando, em novembro de 1935, veio a intentona comunista, pretexto admirável para Vargas impor o estado de sítio e a censura à imprensa em todo o país. Para um jornal sério e de oposição, a vida, já precária, tornou-se impossível. Nossa única força, que era o poder de crítica aos governos, desapareceu. (...) Começou, então, a humilhante e penosa história dos atrasos de pagamento ao pessoal; das solicitações aos vendedores de papel e tinta que me recebiam de cara fechada; das amargas esperas nas ante-salas dos banqueiros inabordáveis,

*dade*, órgão do “Governo Popular Revolucionário do Estado do Rio Grande do Norte”, publicando o decreto em que destitui o governador e dissolve a Assembleia Legislativa local.